



## Congresso vota regras para o Orçamento de 2017 na quarta

Relatório de Wellington sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias impede estimar receitas com a criação de tributos não aprovados, como a CPMF

A votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 pelo Congresso deve ocorrer na quarta-feira. Segundo o relator, Wellington Fagundes, uma das principais alterações foi impedir que o governo inclua na sua previsão de receita tributos que não foram aprovados pelo Legislativo, o que barrou expectativas do governo de recriar a CPMF. Outra medida dos parlamentares foi exigir auditoria da dívida pública. O relatório de Wellington incorporou a nova meta fiscal negociada pelo governo Temer, de déficit de R\$ 139 bilhões para a União, e absorveu as previsões do Executivo de crescimento de 1,2% para a economia, inflação média de 4,8% e taxa de juros (Selic) de 11,25%. **3**

Congresso deve analisar na quarta-feira o projeto da LDO, cuja votação foi concluída na Comissão Mista de Orçamento no dia 2



Jonas Pereira/Agência Senado - 2/8/2016

**Comissão sabatará indicado para embaixada do Brasil nos EUA **4****

**Trechos vetados poderão ser reincorporados ao Marco Legal da Ciência **3****

**Brasil erra ao vetar Venezuela na presidência do Mercosul, diz Gleisi **4****

**Crise da economia vai ser assunto hoje no Conselho de Comunicação **3****

Marcos Oliveira/Agência Senado - 4/8/2016



Comissão presidida por Raimundo Lira encerrou os trabalhos na quinta-feira

### Começa amanhã votação de relatório sobre impeachment

O Plenário vai decidir se a presidente afastada Dilma Rousseff irá a julgamento. Para ser aprovado, o relatório que recomenda a continuidade do

processo precisa dos votos da maioria dos senadores presentes. A sessão, que começa às 9h de amanhã, deve se estender até quarta-feira. **4**



### Ferramenta interativa pode ajudar senadores na decisão sobre projetos

O portal e-Cidadania, no site do Senado, disponibiliza um espaço para consulta pública que permite ao cidadão demonstrar se concorda ou não com as propostas em discussão, ajudando a orientar o trabalho dos senadores. Até a sexta-feira, haviam sido computadas 1.191.275 manifestações de 913.790 internautas, que opinaram sobre 2.912 propostas. Todos os projetos apresentados no Senado ficam disponíveis para consulta durante sua tramitação e o autor do projeto pode incluir um vídeo em que explica a proposta. **2**



Por meio do portal e-Cidadania, o cidadão pode interagir com o Senado

Reprodução

## JOVEM SENADOR

**ESPORTE: EDUCAÇÃO E INCLUSÃO**

Todos os anos, estudantes de todo o país têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador. É o Senado unindo a experiência e a juventude para fortalecer a cidadania. Conheça o projeto em [www.senado.gov.br/jovem-senador](http://www.senado.gov.br/jovem-senador)

Parceria:

# Cidadão pode opinar sobre qualquer projeto no Senado

Consulta Pública, ferramenta do portal e-Cidadania, permite que internauta informe se é a favor ou contra propostas em tramitação. Outros mecanismos tornam possível participar de quase todo o processo legislativo



PERMITIR QUE QUALQUER cidadão opine sobre todos os projetos de lei em tramitação no Senado é o objetivo da ferramenta Consulta Pública, do portal e-Cidadania, que só este ano já recebeu 1.191.275 manifestações de internautas.

De 1º janeiro até as 19h45 da última sexta-feira, 913.790 cidadãos opinaram a respeito de 2.912 propostas, num sistema que ajuda a nortear o trabalho dos senadores.



— A Consulta Pública serve como um termômetro para que o senador avalie como está a participação popular sobre determinado projeto — diz o chefe do Serviço de Apoio ao Programa e-Cidadania, Alisson Queiroz.

A ferramenta atende à Resolução do Senado 26/2013, pela qual qualquer cidadão, mediante cadastro único com os dados pessoais, poderá opinar sobre os projetos.

Recentemente, a Consulta Pública ganhou novos recursos. Agora o autor do projeto pode publicar na página um vídeo sobre a proposta. Os senadores Wellington Fagundes (PR-MT) e Alvaro Dias (PV-PR) já aderiram à novidade.

Entre os projetos de autoria de Wellington em tramitação na Casa, está o PLS 32/2016, que obriga o motorista que cometer homicídio ou lesão corporal sob a influência de álcool a ressarcir o SUS pelo tratamento das vítimas.

Alvaro apresenta a PEC 10/2013, que extingue o foro especial por prerrogativa de função em crime comum.

— A ferramenta é funda-

mental para medirmos a receptividade às nossas iniciativas— afirma o senador.

Até a sexta-feira, o recorde em opiniões era o PLS 193/2016, de Magno Malta (PR-ES), que inclui entre as diretrizes da educação o “Programa Escola sem Partido”. Até as 19h45, havia 179.973 opiniões a favor e 190.089 contrárias.

Para garantir a confiabilidade das informações e impedir fraudes e manipulações por robôs ou usuários com e-mails falsos, a Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado (Prodasen) adota diversas medidas de segurança.

Segundo o diretor do Prodasen Alessandro Albuquerque, a proteção do site é feita em camadas, abrangendo desde o primeiro acesso do internauta.

— O primeiro elemento que o usuário encontra é o provedor de links de internet, no qual já é aplicada uma segurança inicial — explica.

Ao passar por essa barreira, o usuário encontra outras cinco camadas de proteção. A principal garantia, diz, é de que a página não seja inundada por conexões falsas, feitas a partir de computadores “escravos” que tentem simular pessoas reais para criar falsos resultados.

— O Prodasen aplica técnicas de programação seguras para que o software não tenha falhas. Também usamos técnicas de integração com serviços conhecidos, como Facebook e o Google Plus, que garantem um mecanismo de autenticação confiável — informa Albuquerque.



Outro instrumento de participação no e-Cidadania é o Ideias Legislativas. Nele, o cidadão sugere temas que

podem ser transformados em projetos de lei.

Nesse caso, é necessário reunir em quatro meses de exposição no site o apoio de 20 mil pessoas para que a ideia seja encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado. No colegiado, os senadores decidem se a sugestão dará ou não início a uma proposta.

Desde a criação do portal, em 2012, até as 19h45 da última sexta-feira, foram sugeridas 6.700 ideias legislativas, que receberam 379.396 apoios. Ao todo, 11 delas alcançaram as 20 mil adesões necessárias e foram encaminhadas para a CDH.

Três não foram acatadas por não preencherem os requisitos de constitucionalidade. Oito estão sendo analisadas pelos senadores e ainda têm chance de virar projetos de lei, que passam a tramitar na Casa pelo mesmo processo de qualquer outra proposta legislativa.



O e-Cidadania oferece também ao internauta a oportunidade de enviar comentários e perguntas a senadores e convidados nas audiências públicas, sabatinas e outros eventos interativos das comissões do Senado. Foram 21.790 comentários apresentados em 665 eventos de maio de 2012 até a sexta-feira.

— Nossa meta é tornar as ferramentas de participação mais conhecidas para que as pessoas saibam que é possível participar praticamente de todo o processo legislativo — diz Queiroz.

**Acesso**  
Internet: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
Alô Senado: 0800 612211

## Comissão de Direitos Humanos debate seguro de pescadores

Os pescadores, o seguro-defeso e a Previdência Social serão tema de audiência pública hoje, às 9h, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O autor do requerimento, Paulo Paim (PT-RS), afirmou que a provocação do debate partiu dos pescadores do Amazonas.

Foram convidados os senadores Eduardo Braga (PMDB-AM) e Vanessa Grazziotin

(PCdoB-AM), além de representantes dos sindicatos dos pescadores, da Central Única dos Trabalhadores, do Instituto Nacional do Seguro Social, do Supremo Tribunal Federal e dos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Social e Agrário, da Fazenda e do Meio Ambiente.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

#### CDH Seguro-defeso

9h A comissão debate o seguro-defeso e a Previdência Social dos pescadores.

#### COMUNICAÇÃO Efeitos da crise

9h O Conselho de Comunicação Social do Congresso faz seminário sobre a missão da Empresa Brasil de Comunicação na comunicação pública do país. Às 14h, reunião sobre relatório acerca dos efeitos da crise econômica no setor da comunicação social.

#### PLENÁRIO Sessão de discursos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

#### CCT Recursos para tecnologia

8h45 A comissão pode votar o PLS 547/2011, que aprimora a aplicação de recursos em tecnologia, e mais 26 itens.

#### IMPEACHMENT Votação de parecer

9h Votação em Plenário do parecer que recomenda o julgamento de Dilma Rousseff por crime de responsabilidade.

#### MP 724 Cadastro Ambiental Rural

9h30 A comissão mista da MP que prorroga o prazo do CAR analisa relatório.

#### CAS Câncer de mama

9h A comissão analisa o PLC 5/2016, que obriga a realização de cirurgia plástica reparadora nas duas mamas em caso de câncer, o PLS 583/2015, que assegura a realização de ultrassonografia mamária para mulheres jovens com elevado risco de câncer de mama, e mais 6 itens.

TERÇA

QUARTA

QUINTA

SEXTA

#### CCJ Assassinato de idosos

10h Na pauta da comissão, o PLS 373/2015, que inclui assassinato de idoso na lista de crimes hediondos, e mais 35 itens.

#### CRE Embaixador para Portugal

11h A comissão aprecia o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e sabatina embaixadores para Portugal e ONU.

#### CMA Peles de animais

14h A comissão pode avaliar o PLC 138/2015, que veda a importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos, e mais 14 itens.

#### CONGRESSO LDO de 2017

14h Sessão conjunta para analisar vetos, projetos de créditos suplementares e o PLN 2/2016, que trata da LDO de 2017.

#### MP 727 Investimentos

14h30 A comissão da MP que cria o Programa de Parcerias de Investimentos analisa relatório.

#### CCJ Redução da maioria penal

9h A comissão faz audiência sobre projetos que reduzem a maioria penal.

#### CRE Embaixador para os EUA

10h A comissão sabatina diplomatas indicados para a embaixada nos Estados Unidos e para a representação na União Europeia.

#### DESBUROCRATIZAÇÃO Estatuto

14h Comissão discute estatuto sobre o tema.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves

**Segundo-secretário:** Zeze Perrella

**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli

**Quarta-secretária:** Ângela Portela

**Suplentes de secretário:**

Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

**Diretora-geral:** Ilana Trombka

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez

**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho

**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

#### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia

**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção

**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

**Coordenação de Edição:** Silvio Burtle

**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Congresso deve votar regras para Orçamento

Texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, votado na Comissão de Orçamento, vai a Plenário com deficit fiscal de R\$ 139 bilhões e proibição de criar novos impostos

O CONGRESSO DEVE votar na quarta-feira a lei que define as regras para a elaboração do Orçamento de 2017. A sessão está marcada para as 14h.

A votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi concluída na Comissão Mista de Orçamento (CMO) no dia 2 de agosto, a quase um mês do encerramento do prazo que o Executivo tem para entregar a proposta do Orçamento da União ao Congresso.

Um dos dispositivos mais importantes da nova LDO, pela avaliação do relator, senador Wellington Fagundes (PR-MT), é o que impede o governo federal de incluir na sua previsão de receitas tributos que ainda estejam sendo discutidos pelo Legislativo. A medida teve endereço certo e barrou as expectativas da área econômica do governo Michel Temer de recriar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Outro ajuste feito pelos parlamentares, desta vez na fase dos destaques, foi a exigência de auditoria da dívida pública, que consome a maior fatia do orçamento federal. Essa obrigatoriedade foi incluída pelo Legislativo no Orçamento de 2016, mas acabou sendo vetada pela presidente afastada Dilma Rousseff.

O relatório de Wellington absorveu o cenário macroeconômico projetado pelo



Comissão de Orçamento votou 257 destaques ao relatório do senador Wellington Fagundes; um deles exige a auditoria da dívida pública, vetada na LDO de 2016

governo, com previsão de crescimento de 1,2% para a economia no próximo ano, inflação média de 4,8%, taxa média dos juros básicos (Selic) de 11,25% e dólar a R\$ 3,81 ao final do exercício.

O texto aprovado pela CMO incorporou também a meta fiscal negociada pela nova equipe econômica de deficit de R\$ 139 bilhões para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade da União, além de outros R\$ 3 bilhões para as empresas estatais federais e R\$ 1,1 bilhão para estados e municípios. Apesar da dimensão do deficit primário do setor público autorizado pelo Congresso, no total de R\$ 143,1 bilhões, ele

foi considerado “realista” por Wellington. Com essa meta, o Brasil completará quatro anos consecutivos de deficit fiscal e crescimento da dívida pública nacional.

Para tentar reverter esse quadro, a nova LDO estipula que os gastos primários da União no próximo ano não superem os de 2016 (incluindo os restos a pagar), corrigidos pela inflação oficial. Outra medida é evitar que novos investimentos sejam feitos sem concluir os que já foram iniciados.

## Vetos

Antes de votar a LDO, o Congresso precisa decidir sobre vetos presidenciais que

ainda não foram analisados. Na sessão do dia 2 de agosto, oito vetos foram mantidos e um foi considerado prejudicado. Os seis restantes receberam destaques para votação em separado, adiando a decisão.

Entre eles, está o veto à reserva de 10% da verba da União para a construção de imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida em cidades com menos de 50 mil habitantes (VET 13/2016). A justificativa é que o mecanismo não prioriza o atendimento do programa nos municípios com maior deficit habitacional.

Também deve ser analisado veto ao projeto de Lei de Conversão 9/2016, que trata do

combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Os artigos vetados (VET 25/2016) concedem benefícios e incentivos fiscais para áreas como produção de repelentes, inseticidas, telas e mosquiteiros. Foi vetada ainda a dedução, do Imposto de Renda, de doações ou investimentos em ações de combate ao mosquito. O argumento é que as renúncias fiscais não foram avaliadas.

Também constam da pauta projetos de lei como o PLN 3/2016, sobre recursos para viabilizar a eleição municipal de 2016, e o PRN 13/2013, que modifica o prazo para apresentar emendas às medidas provisórias.

## Projeto recupera trechos vetados da lei da ciência e tecnologia

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) deve votar amanhã um projeto de lei que reinsere no Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/2016) trechos que foram vetados pela Presidência da República. Os vetos presidenciais foram posteriormente mantidos pelo Congresso Nacional.

Num seminário sobre a nova lei realizado na semana passada pela Câmara e pelo Senado, cientistas consideraram necessária a aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 226/2016 para garantir segurança jurídica aos investidores em pesquisa e desenvolvimento no Brasil. De acordo com eles, a lei, sancionada em janeiro, tem lacunas que prejudicam o setor.

Segundo o autor do projeto, Jorge Viana (PT-AC), o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação aprimorou os dispositivos que tratam da celebração de contratos, da dispensa de licitação para a contratação de empresas inovadoras, da concessão de bolsas de pesquisa para alunos, professores e outros profissionais de instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT) e da autonomia gerencial, orçamentária e financeira de ICT pública que exerça atividades de produção e oferta de bens e serviços.

Entretanto, explica o senador, itens referentes a esses pontos foram vetados

pela Presidência da República sob a justificativa de que poderiam “resultar em perda de receitas, contrariando esforços necessários para o equilíbrio fiscal”.

— Entendemos a questão de forma diversa — disse Viana. — Os avanços legais trazidos pelos dispositivos vetados tendem a impactar positivamente a economia ao facilitar e até viabilizar novos empreendimentos resultantes do aprimoramento tecnológico que geram inovações para o mercado e para a sociedade.

Entre outros pontos, o projeto de Viana reinsere na lei o dispositivo que estende ao aluno de ICT privada a possibilidade de receber bolsa de estímulo à inovação sem vínculo empregatício e o dispositivo que dispensa a administração pública de fazer licitação para contratar empresa incubada em ICT pública para fornecimento de produtos ou prestação de serviços inovadores.

## Bolsas

A proposta também prevê a concessão de bolsas de estímulo à inovação no âmbito de projetos específicos sem vínculo empregatício, inclusive ao aluno de ICT privada, e amplia a autonomia gerencial, orçamentária e financeira de ICT pública mediante a celebração de contrato de gestão.

O relator do projeto, Cristovam Buarque (PPS-DF), concordou com a reinserção dos itens sugeridos por Viana e propôs a inclusão de outros pontos, como um capítulo tratando de regras especiais para simplificar o processo licitatório.

Após a votação na CCT, o projeto irá para as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE). Sendo aprovada nesta última comissão, poderá ser remetida para a Câmara dos Deputados sem passar pelo Plenário do Senado.

## Energia e petróleo

Também está na pauta de amanhã da CCT o PLS 696/2015, que obriga as empresas dos setores elétrico e petrolífero a aplicar recursos de pesquisa e desenvolvimento em fontes alternativas de geração de energia.

Outro projeto a ser votado pela comissão é o PLS 547/2011, que visa aprimorar a legislação que estruturou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O texto impõe a discriminação das receitas do fundo e a identificação da origem das verbas, especialmente daquelas decorrentes de operação de crédito e aporte de capital, com o objetivo de tornar mais transparente a apuração dos sistemas de gestão e controle.

## Conselho de Comunicação Social vai debater efeitos da crise econômica hoje

O Conselho de Comunicação Social do Congresso tem reunião marcada hoje, às 14h, para debater as consequências da crise econômica do país no setor. Os conselheiros Marcelo Rech, José Catarino do Nascimento Silva, Marcelo Cordeiro e Davi Emerich produziram relatório sobre o tema e vão apresentar aos demais integrantes do colegiado.

O conselho também vai deliberar sobre o PL 4.451/2008, que estabelece critérios de julgamento das licitações para outorga de concessões e permissões de serviços de radiodifusão.

A proposta altera as regras para a concessão de serviços de rádio e TV, dando mais peso à proposta técnica do que à financeira. O projeto está em análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. O autor, deputado Valadares Filho (PSB-SE), argumenta que as licitações para exploração dos canais são alvo da cobiça dos grandes grupos de mídia que buscam a manutenção do domínio sobre esses veículos.

— Muitas vezes, o poder econômico torna-se uma barreira intransponível à entrada de novos atores no mercado de radiodifusão.

# Plenário decide se Dilma irá a julgamento

Em sessão que começa amanhã e deve se estender até quarta-feira, senadores votarão parecer sobre impeachment da presidente afastada

O PLENÁRIO DO Senado reúne-se amanhã, a partir das 9h, para decidir se a presidente afastada Dilma Rousseff irá a julgamento por crime de responsabilidade.

A votação encerra a fase de pronúncia, segunda etapa do processo de impeachment. Caso a maioria simples dos senadores aceite o parecer da Comissão Especial do Impeachment, a presidente afastada será julgada no Plenário e pode perder definitivamente o mandato. O parecer, aprovado na quinta-feira pela comissão, sustenta que a acusação contra Dilma Rousseff procede e que ela deve ser julgada.

A expectativa é que a sessão tome todo o dia, avance pela madrugada e termine apenas na manhã seguinte, podendo chegar a 30 horas de duração. Ela será comandada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski.

É necessária a presença de ao menos 41 senadores para que aconteça a votação. A decisão final, pela realização do julgamento no Plenário ou pelo arquivamento do processo, será de acordo com o voto da maioria dos presentes.

## Roteiro

Os procedimentos da sessão foram acertados na quinta-feira em reunião entre Lewandowski, o presidente do Senado, Renan Calheiros, líderes partidários e integrantes da Comissão do Impeachment.

Devido à perspectiva do prolongamento da sessão, estão programados dois intervalos de uma hora, às 13h e às 18h. A partir daí, e passadas mais quatro horas, os trabalhos poderão ser interrompidos por uma hora, conforme a necessidade, ou a qualquer tempo, a juízo do presidente.

O primeiro a falar será o

relator do processo, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que terá 30 minutos para apresentar o relatório que foi referendado pela comissão.

Depois disso, todos os demais 80 senadores terão direito à palavra, por até 10 minutos cada um. A acusação e a defesa falarão por último, com 30 minutos para cada parte.

A votação acontece na sequência. Como a denúncia é composta por quatro fatos (três decretos de créditos suplementares e as pedaladas fiscais), os senadores poderão apresentar requerimentos para votá-los separadamente.

A decisão que os senadores deverão tomar é se as provas apresentadas contra a presidente afastada são relevantes e substanciais e, portanto, se a denúncia é pertinente e se Dilma deve ir a julgamento. A votação será nominal e aberta, registrada no painel eletrônico. Para ser aprovado, o parecer precisa de maioria simples.

Os senadores já receberam da Secretaria-Geral da Mesa a íntegra do parecer aprovado e o voto em separado apresentado pelos parlamentares contrários ao impeachment. Também foi entregue um DVD com documentos que compõem o processo. No total, são 67 volumes e 24 mil páginas. O material está disponível ao público na página da comissão.

## Comissão especial

O trabalho da Comissão do Impeachment foi encerrado na quinta-feira, com a votação do relatório de Anastasia. Foram 100 dias de trabalho, em que os senadores ouviram 44 testemunhas, analisaram documentos e votaram 2 relatórios. O colegiado foi presidido por Raimundo Lira (PMDB-PB).

Veja o parecer e demais documentos: <http://bit.ly/textosimpeachment>



Presidente da Comissão de Impeachment, Raimundo Lira confere o painel de votação no dia em que parecer foi aprovado

## Saiba como vai funcionar o Senado amanhã e quarta

A Diretoria-Geral do Senado divulgou na quinta-feira uma nota com informações sobre o funcionamento da Casa durante a sessão plenária de pronúncia, referente ao processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff, marcada para amanhã, às 9h.

O acesso de servidores e demais colaboradores do Senado será normal, desde que portem o crachá em local visível. No entanto, para entrar no Plenário, será necessária credencial específica.

Além dessas pessoas e dos senadores, é facultada a permanência no Plenário de ex-senadores, suplentes de senadores e deputados federais, desde que devidamente identificados. O Salão Azul, o Salão Negro, o Salão Nobre e o Plenário do Senado estarão isolados, com entrada controlada para esse público.

## Visitantes

Não será permitido o ingresso nas dependências do Senado de quaisquer outras pessoas estranhas ao traba-

lho, inclusive servidores da Câmara dos Deputados. Além disso, o programa de visitação institucional será suspenso amanhã e na quarta.

## Credenciamento

Para a imprensa credenciada no Senado, o Auditório Petrônio Portella estará com infraestrutura específica para atendê-la.

O credenciamento das pessoas autorizadas a terem acesso ao Plenário para a sessão de pronúncia será realizado exclusivamente por meio de formulário enviado aos chefes de gabinete. Serão distribuídas uma credencial personalizada para cada um dos gabinetes parlamentares, uma para cada uma das lideranças partidárias e uma para cada um dos blocos parlamentares.

Foi autorizado o acesso dos fotógrafos dos gabinetes às galerias do Plenário, em sistema de rodízio, em razão de limitações do espaço. O profissional receberá credencial específica para fazer o registro fotográfico do discurso do

respectivo senador, podendo permanecer nas galerias pelo prazo de dez minutos. A credencial deverá ser retirada no Auditório Petrônio Portella, pouco antes do momento do acesso, e devolvida em seguida.

## Estacionamentos

Parte do estacionamento do Anexo 1 estará reservada para veículos de imprensa. Os outros estacionamentos da Casa estarão abertos normalmente. Contudo, a Diretoria-Geral alerta que os acessos aos estacionamentos podem sofrer modificação, caso haja alguma alteração no trânsito determinada pelo Governo do Distrito Federal (GDF). As informações sobre mudanças no estacionamento serão comunicadas após o posicionamento do GDF.

## Emergência médica

O serviço médico, localizado próximo ao Plenário do Senado, estará em funcionamento enquanto durar a sessão de votação da pronúncia.

## Comissão vai sabatinar embaixadores para EUA, ONU, União Europeia e Portugal

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) volta a reunir-se na quarta e na quinta-feira para sabatinas com diplomatas indicados pelo presidente interino Michel Temer.

Estão agendadas para quarta as apresentações dos diplomatas Mauro Vieira (ex-ministro das Relações Exteriores durante o segundo mandato de Dilma Rousseff), indicado para a chefia da representação brasileira junto à Organização das Nações Unidas (ONU), e Luiz Alberto Figueiredo (também ex-chanceler de Dilma entre agosto de 2013 e dezembro de 2014), que deve representar o país em Portugal.

A reunião de quarta prevê ainda a

análise do relatório de Kátia Abreu (PMDB-TO) que aprova o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-21), celebrado em dezembro do ano passado. Também deve ser lido o relatório de Edison Lobão (PMDB-MA) acerca da indicação do diplomata Eduardo Ricardo Gradilone Neto para a embaixada brasileira na Turquia.

Na quinta, as sabatinas serão com Sérgio Amaral, indicado para a embaixada brasileira em Washington, e com o diplomata Everton Vieira, para a representação brasileira junto à União Europeia.

## Gleisi critica governo por não reconhecer Venezuela na presidência do Mercosul

Gleisi Hoffmann (PT-PR), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), divulgou uma nota de repúdio à decisão do governo brasileiro de não reconhecer a Venezuela como presidente do Mercosul. A presidência do Mercosul, com duração de seis meses, é exercida em rodízio entre os países do bloco. A presidência deveria ter passado do Uruguai para a Venezuela na semana passada, o que não ocorreu por oposição de Brasil, Argentina e Paraguai.

A nota da CAE diz que os acordos que deram origem ao Mercosul estabelecem de forma clara o rodízio dos países na presidência. "Tal regra, acordada livremente entre os membros do bloco

e aprovada pelo Congresso Nacional do Brasil, é autoaplicável e automática, prescindindo, portanto, de qualquer decisão ou covalidação adicional." Segundo a nota, a relação com a Venezuela favorece o Brasil no comércio, no fornecimento de energia elétrica para a Região Norte e no desenvolvimento da fronteira amazônica.

"Em relação aos conflitos internos da Venezuela, que são sérios, não nos parece que possam servir de motivo para essa decisão antidemocrática", afirma a senadora na nota.

Veja a íntegra da nota divulgada na sexta-feira: <http://bit.ly/GleisiVenezuela>